

# A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma “especialização” nociva\*

Áurea Corrêa de Miranda Breitbach\*\*

Economista da Fundação de Economia e Estatística

## Resumo

*A região de Santa Cruz do Sul, importante núcleo da agroindústria fumageira do sul do Brasil, exportando cerca de 85% da sua produção, encontra-se diante de uma situação nova, se considerarmos sua evolução histórica. A partir do reconhecimento, pela OMS, das graves consequências que o tabaco acarreta à saúde humana, dando origem a legislações restritivas ao consumo, delinea-se mundialmente uma tendência a reduzir sua produção. Neste artigo, vamos tratar da importância do fumo na história econômica regional, bem como examinar o perfil produtivo da região, dos pontos de vista agrícola e industrial, com dados do período 2007-12. O âmbito territorial de referência é a microrregião Santa Cruz do Sul tal como é concebida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A fumicultura na região não pode ser compreendida sem considerarmos sua integração à cadeia produtiva mundial de cigarros. O sistema produtivo “integrado” conta com a mão de obra familiar de pequenos agricultores e fornece a eles os insumos e a assistência técnica necessários para que o resultado siga as normas exigidas pelos conglomerados fumageiros que compram toda a produção. Esse sistema não somente cria dependência dos fumicultores em relação aos conglomerados, como também coloca a região em situação de vulnerabilidade, no que respeita à sua evolução no longo prazo. Urge, pois, repensar o desenvolvimento do “território do tabaco”, de modo que a implementação de uma diversificação viável no campo esteja inserida numa perspectiva transformadora de maior envergadura, buscando construir novas dinâmicas para as áreas especializadas no fumo, valorizando outros saberes locais e melhorando a qualidade de vida das famílias de agricultores.*

**Palavras-chave:** economia regional; desenvolvimento agroindustrial; agricultura familiar.

## Abstract

*The region of Santa Cruz do Sul, an important center of the tobacco agribusiness in southern Brazil, exports about 85 % of its production and is now facing a new situation, as compared to its historical evolution. The recognition, by WHO, of the serious consequences that*

---

\* Artigo recebido em 09 maio 2014.  
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

\*\* E-mail: aureacmb@fee.tche.br

*tobacco causes to human health, has given way to consumption restrictive legislation and the tendency, worldwide, towards the reduction of production. In this article, we discuss the importance of tobacco on regional economic history, as well as examine the productive profile of the region, from the agricultural and industrial points of view, with data from 2007-2012. The territorial scope of reference is the micro region of Santa Cruz do Sul as conceived by the IBGE. The tobacco production in the region cannot be understood without considering its integration into the global production chain of cigarettes. The "integrated" production system depends on family labor of small farmers and provides them with inputs and technical assistance needed so that the outcome will follow the standards required by tobacco conglomerates that buy the entire production. This system not only creates dependence on farmers in relation to the conglomerates, but also leaves the region vulnerable with regard to their evolution in the long run. There is, therefore, an urgent need to rethink the development of the "territory of tobacco", so that the implementation of a viable diversification in the field may be inserted into a larger-scale transformation perspective, seeking to build new dynamics for areas that today are specialized in tobacco, valuing other local knowledge and improving the quality of life for farm families.*

**Key words:** regional economics; development of agribusiness; family farming.

## Introdução

Conhecida como importante núcleo da agroindústria fumageira do sul do Brasil, a região de Santa Cruz do Sul revela-se como interessante objeto de análise — no contexto do desenvolvimento regional —, sobretudo quando consideramos que cerca de 85% do fumo produzido na região é destinado à exportação, o que implica, por si só, uma grande vulnerabilidade regional face ao mercado externo, dominado por pequeno número de grandes empresas. Por outro lado, tendo em vista que o produto final é uma mercadoria cujo uso acarreta consequências graves para a saúde humana, dando origem a diversas legislações de restrição de consumo, delinea-se uma tendência a reduzir sua produção<sup>1</sup>. Esses elementos em jogo mostram-se suficientes para tornar o tema instigante e merecedor de um olhar especial, cabendo

pensar sobre as perspectivas dessa região no longo prazo.

Neste artigo, vamos tratar da importância do fumo na história econômica regional, bem como examinar o perfil produtivo da região, dos pontos de vista agrícola e industrial, procurando analisar resumidamente a forma como se dá a produção do fumo. Para tanto, tomamos dados do período 2007-12, capazes de fornecer elementos sobre a situação recente.

O âmbito territorial de referência é a microrregião Santa Cruz do Sul tal como é concebida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Mapa 1), uma vez que ali estão localizados os maiores municípios produtores, sem contar que se trata de uma formação socioeconômico-territorial dotada de identidade cultural e histórica bastante nítida.<sup>2</sup>

Tendo em vista a natureza do presente artigo, optamos por tratar o tema de forma panorâmica, deixando de examinar diversos aspectos, no objetivo de fornecer uma ideia geral dessa organização territorial

<sup>1</sup> O consumo de cigarros vem reduzindo-se nos países desenvolvidos, embora a ritmos diferentes, mas cresce em alguns países periféricos e semiperiféricos. Os maiores consumidores mundiais de cigarros são China, EUA, Rússia, Japão e Indonésia (Silveira; Dornelles, 2010).

<sup>2</sup> "Na microrregião de Santa Cruz do Sul, notadamente nas Cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, processam-se cerca de 80% da produção de tabaco realizada no Sul do Brasil" (Silveira; Dornelles; Ferrari, 2012, não paginado).

de produção. A agroindústria do fumo em Santa Cruz do Sul conta, felizmente, com numerosas análises e pesquisas de excelente qualidade, muitas delas efe-

tuadas no âmbito da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), que, em conjunto, fornecem elementos essenciais para a compreensão dessa realidade.<sup>3</sup>

Mapa 1



## Breve histórico sobre a região e a cultura do fumo

A instalação de imigrantes alemães na região deu-se a partir de 1849, quando foi fundada, pelo governo provincial, a colônia de Santa Cruz do Sul, localizada nas proximidades do rio Pardo. Seus habitantes dedicaram-se inicialmente à agricultura de subsistência com base em mão de obra familiar, tendo ampliado rapidamente a variedade de culturas, na medida em que crescia a população<sup>4</sup>. Já em 1855,

teve início a concessão de lotes urbanos, organizando espacialmente o povoado, sendo que

[...] os lotes e quadras foram demarcados seguindo uma planta urbana definida pelo governo provincial com rigorosa orientação geométrica, e que em seu entorno ainda previa a demarcação de um conjunto de chácaras visando ao abastecimento de alimentos do núcleo urbano (Hermann; Silveira, 2001, p. 227).

A rápida expansão da atividade agrícola em Santa Cruz do Sul é atribuída, por Roche (1969, p. 274), ao fato de que a fase de pura subsistência fora relativamente curta nessa colônia. Isto porque havia colonos que se transferiram do Vale do Rio dos Sinos, trazendo sua experiência na “agricultura pio-

<sup>3</sup> Ao leitor interessado em aprofundar o tema, recomendamos vivamente recorrer a essa literatura.

<sup>4</sup> Como salienta Montali (1979, p. 20), a produção de subsistência não se referia unicamente a alimentos, mas incluía roupas e utensílios, suprindo “[...] as necessidades de uma variedade de

valores de uso, desde tecidos rústicos até farinhas, açúcar mascavo e fumo preparado”.

neira”.<sup>5</sup> O período que vai de 1862 a 1881 se caracteriza pela contínua expansão e diversificação de culturas, adicionando-se algumas atividades correlatas, como a fabricação de aguardente e de farinha. À criação de animais juntou-se a produção de banha, manteiga, ovos e mel, que, pela quantidade produzida, transcendiam a mera subsistência, constituindo-se num excedente comercializável. Segundo Roche (1969, p. 275), “[...] no fim deste período, a agricultura de Santa Cruz já tomara uma orientação nitidamente comercial”. Certamente, o desenvolvimento do núcleo urbano contribuiu com esse processo, na medida em que se constituía no principal mercado consumidor. Em 1859, o povoado foi elevado à condição de freguesia e, em 1877, passou a ser considerado vila.

Roche identifica uma terceira fase na atividade agrícola da colônia, a partir de 1881, quando a preponderância da cultura do fumo não deixa dúvidas sobre a especialização regional. Sem abandonar as culturas comerciais — outrora de subsistência —, a produção de fumo ganhou espaço rapidamente. Conforme dados apresentados pelo autor, a produção de fumo em Santa Cruz do Sul foi de 1.650t em 1881, de 2.200t em 1901, de 4.414t em 1921 e de 12.368t em 1946 (Roche, 1969, p. 312, nota 61, Tabela B).

No mesmo sentido, Montali (1979, p. 39) mostra que a transição da agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado, a partir de 1882, deu-se através da venda, para fora do Rio Grande do Sul (“exportação”), de produtos de origem agrícola,

[...] sendo o principal deles o fumo que representa[va], respectivamente, 59% (1881), 39% (1895) e 59% (1899) do valor das “exportações”. Os demais produtos “exportados” são erva-mate, feijão e banha.

Parece-nos interessante buscar compreender por que motivos a agricultura da colônia voltou-se para o fumo, tendo-se tornado pioneira nesse cultivo, no Rio Grande do Sul. Devemos levar em conta que, acompanhando o crescimento populacional da região, a lavoura comercial expandiu-se muito, chegando a um ponto em que os mercados locais eram insuficientes para escoar a produção. Impunha-se assim a procura por outros mercados, dentre os quais o mais próximo era Rio Pardo e o mais promissor, Porto Alegre. Ocorre que, à época, os meios de comunicação eram rudimentares; raras e difíceis estradas ligavam os povoados, tornando praticamente impossível

transportar frutas, legumes e outros produtos alimentícios que chegassem a seu destino em adequadas condições de consumo. A par disso, há que se considerar que a região de Santa Cruz do Sul sofria concorrência da agricultura colonial do Vale do Rio dos Sinos, que, pela proximidade da Capital, obtinha ganhos de competitividade consideráveis em relação a regiões mais distantes. Daí resulta que Santa Cruz do Sul

[...] especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior [às culturas tradicionais] (Vogt, 1997, p. 79 *apud* Fossatti; Freitas, 2004, não paginado).

Por isso, o tabaco demonstrou ser mais adequado à agricultura local, tendo sido rapidamente adotado pela maioria das unidades agrícolas<sup>6</sup>.

Na medida em que se expandia a atividade agrícola da região, por meio de sua integração aos mercados, crescia a importância dos comerciantes, agentes da intermediação entre os produtores e os compradores. Considerando que o colono não tinha acesso direto aos compradores, os comerciantes praticamente controlavam os preços dos produtos, porque o colono ficava na dependência deles para vender. Assim, os comerciantes

[...] retinham parcela do excedente monetário potencial do agricultor. Esse procedimento associado à intensificação das trocas proporcionada pela melhoria das vias de comunicação proporcionou ao capital comercial um também mais intenso processo de acumulação (Montali, 1979, p. 45).

Simultaneamente, desenvolvia-se no meio urbano um artesanato de beneficiamento de produtos agrícolas, estimulado pela integração ao mercado, que consistia em transformar e acondicionar produtos a serem transportados e vendidos, tal como a secagem de fumo. A instalação de energia elétrica (1906) e de rede hidráulica (1908) promoveu as condições para o desenvolvimento dessas atividades de benefi-

<sup>5</sup> Lembramos que os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Estado em 1825, tendo-se instalado no Vale do Rio dos Sinos, na área em que hoje estão os Municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

<sup>6</sup> Planta nativa da América Latina, o fumo era conhecido pelos indígenas e utilizado corriqueiramente, seja mascado, fumado, bebido ou cheirado (rapé). A chegada de Colombo à América Central, em 1492, tomando contato com esse costume, deu início à sua grande difusão pelo mundo. A época das grandes navegações propiciou a rápida propagação do hábito de fumar pela Europa e demais continentes, fazendo com que se tornasse muito apreciado pelas cortes do Velho Mundo, sobretudo. Como as demais “especiarias”, cobiçadas nesse período, o fumo era muito valorizado e gerava bons rendimentos aos comerciantes (Fossatti; Freitas, 2004).

ciamento, bem como para as propriamente industriais.

Como mostra Montali (1979, p. 47), as origens da indústria em Santa Cruz do Sul estão profundamente ligadas ao dinamismo de uma agricultura voltada para o comércio “extrarregional”. Este, por sua vez, estimulou o desenvolvimento de atividades de beneficiamento de produtos primários, bem como fortaleceu o papel dos comerciantes-exportadores. Tal processo engendrou a acumulação de capital local, que foi posteriormente carreado para a instalação de unidades de produção e ampliação das existentes, dotando-as de tecnologia mais avançada.

O beneficiamento e a industrialização do fumo, em especial, foram atividades que se destacaram em Santa Cruz do Sul, constituindo-se em “[...] diretriz das atividades econômicas na área”, nas palavras de Montali (1979, p. 50). Basta dizer que a primeira unidade produtiva do Município que usava assalariados e maquinaria foi de beneficiamento e industrialização do fumo. Antes da Primeira Guerra Mundial, como relata Roche (1969, p. 531), havia seis estabelecimentos que beneficiavam tabaco e, secundariamente, fabricavam cigarros. Em 1918, para enfrentar a concorrência norte-americana, eles se associaram, fundando a Companhia de Fumos Santa Cruz. A associação teve sucesso, a empresa cresceu e a linha de produção diversificou-se, assegurando a permanência da indústria fumageira sob comando local.

Paralelamente, o truste internacional British-American Tobacco (BAT) atuava em diversos países, inclusive a Argentina, na estratégia de controlar a indústria de cigarros, não sendo de seu interesse a produção do fumo como matéria-prima para exportação. Assim, num primeiro momento, entrar em Santa Cruz do Sul não fazia parte de sua estratégia, pois as empresas da região “[...] dedicavam-se mais diretamente ao beneficiamento do fumo para exportação e apenas de maneira complementar à fabricação de cigarros” (Montali, 1979, p. 54). Não obstante, a BAT contratou a Souza Cruz S. A. (instalada no Rio de Janeiro) como sua subsidiária em 1912, encarregada de fabricar cigarros e charutos. No Rio Grande do Sul, mais precisamente em Santa Cruz do Sul, foi em 1920 que esse conglomerado instalou a primeira usina de beneficiamento do fumo, que já trabalhava no chamado “sistema integrado de produção” (Lima, 2004, p. 93).

Ainda na primeira metade do século XX, diversas outras indústrias de capital local foram criadas na região, dedicadas ao beneficiamento do fumo e à

produção de cigarros.<sup>7</sup> Isso gerou uma melhoria qualitativa no próprio fumo “exportado”, que passou a apresentar maior grau de elaboração.

A par disso, outros ramos industriais se salientavam na região, como o de produtos alimentares (beneficiamento de carnes, frios e banha), bem como vestuário, móveis e outros bens em substituição aos comprados de fora.<sup>8</sup>

A partir dos anos 40 do século passado, portanto, a atividade industrial assumiu maior relevância, indicando a tendência que iria se efetivar nas décadas seguintes. O censo econômico de 1940 aponta que o valor da produção industrial, no Município de Santa Cruz, correspondia a 33% da renda gerada. A indústria do fumo se consolidava como a mais relevante, sendo que, em 1955, já atingia praticamente 60% do Valor Bruto da Produção (VBP) industrial do Município (Montali, 1979, p. 56-57).

A década seguinte, entretanto, trouxe a crise da indústria fumageira, provocada basicamente pela restrição ao crédito decorrente da política anti-inflacionária do Governo Federal, que se aprofundou a partir de 1964. O crédito era fundamental para o cultivo do fumo, pois as indústrias repassavam aos produtores rurais esses recursos em forma de sementes, adubos, construção de estufas, etc. Por outro lado, as vendas no mercado interno sofriam com a recessão, gerando grandes estoques junto às indústrias. É importante salientar, seguindo Montali, que, nessa época, o mercado interno era o principal destino tanto do fumo beneficiado como de cigarros, uma vez que esses produtos não tinham a qualidade adequada para competir no mercado internacional.

Criaram-se assim as condições para se iniciar o processo de desnacionalização da indústria do fumo. A política econômica brasileira favorecia a entrada de capital estrangeiro, sobretudo facilitando-lhe acesso a financiamento externo<sup>9</sup>. Na região de Santa Cruz do Sul, as empresas existentes foram compradas por grupos internacionais e outras foram criadas, igualmente a partir de investimentos externos. Montali observa que, entre 1968 e 1970, salientavam-se os adquirentes de origem alemã, mas, a partir de 1975, predominavam os estadunidenses.

<sup>7</sup> Citadas por Montali (1979, p. 55): Tabacos Tatsch (1932) e Cia. de Cigarros Sinimbu (1948).

<sup>8</sup> Curiosamente, duas empresas instaladas nessa época, em Santa Cruz do Sul, permanecem até hoje: Frigorífico Excelsior (1940) e Mercur produtos de borracha (1924). Ver Montali (1979, p. 56).

<sup>9</sup> Ver detalhes em Montali (1979, p. 68 e seguintes).

A atividade fumageira teve seu processo produtivo reorganizado em decorrência da desnacionalização. No que concerne às indústrias, houve aperfeiçoamento do processo produtivo, por meio da introdução de novos equipamentos, aumentando a produtividade e melhorando a qualidade dos produtos. Quanto ao cultivo do fumo, houve aprimoramento das sementes, melhoria da assistência técnica, estímulos para a construção de estufas e para a aquisição de implementos. Tudo isso promovido diretamente pelas empresas, que impunham suas regras, ao mesmo tempo em que estimulavam os produtores a ampliar incessantemente a área plantada com tabaco. O fumicultor, atraído pela garantia de compra de sua produção por parte das empresas, dedicava progressivamente mais tempo à lavoura do fumo, em detrimento das culturas de subsistência. Essa situação tornava-o cada vez mais dependente da venda do fumo para comprar os bens essenciais à reprodução da força de trabalho familiar.

Assim, o capital monopolista, ao dominar o principal ramo industrial de Santa Cruz do Sul, redefine os principais momentos da produção agrícola e da circulação de mercadorias diretamente ligados à produção fumageira. Ganham novos contornos as relações entre a unidade de produção agrícola não capitalista e a unidade industrial capitalista monopolista (Montali, 1979, p. 78).

## A produção fumageira na região e sua inserção na cadeia global

Essa síntese histórica mostra que a maneira como se organiza a produção de fumo na região de Santa Cruz do Sul não pode ser compreendida sem que consideremos tal atividade como integrante da cadeia produtiva internacional de cigarros. A partir da década 60 do século passado, como vimos, as empresas de cigarros da região passaram para o controle de grandes grupos internacionais, aprofundando relações de dominação sobre os fumicultores locais. A atuação das corporações multinacionais, como se percebe, fez da região um núcleo de produção agrofumageira, configurando-se assim o braço local da cadeia global do tabaco *avant la lettre*. Antes, pois, do processo de globalização tomar impulso (anos 80), o oligopólio global do tabaco construíra, na região de Santa Cruz do Sul, a conhecida articulação lo-

cal/global de que fala hoje a bibliografia especializada.<sup>10</sup>

A cadeia produtiva, também denominada “complexo agroindustrial do tabaco”, é composta das seguintes atividades: produção e comercialização de insumos, financiamento, produção agrícola, comercialização do tabaco, processamento industrial e exportação do tabaco. Atualmente, os agentes que dominam essa cadeia são grandes conglomerados multinacionais, cujas subsidiárias atuam em diferentes espaços econômicos mundiais<sup>11</sup>.

No Brasil, quatro grandes conglomerados dominam a produção agroindustrial bem como a exportação de fumo em folha, sendo que suas atividades se concentram nos três estados do sul<sup>12</sup>. Neste território, é produzido 95% do tabaco brasileiro, cultivado por aproximadamente 186 mil famílias de agricultores em propriedades com área média de 16 hectares. A região de Santa Cruz do Sul é responsável pelo processamento de cerca de 80% da produção de fumo realizada nos três estados da Região Sul (Silveira; Dornelles, 2013, p. 28).

A forma como se dá a produção agroindustrial fumageira em Santa Cruz do Sul é concebida em diversos estudos como um “sistema integrado de produção”. Instalado ainda nas primeiras décadas do século XX, pela British American Tobacco, sedimentou-se e permaneceu daí por diante funcionando, com algumas adaptações de ordem operacional, até a atualidade. Nas palavras de Silveira e Dornelles (2013, p. 30), nesse sistema de produção,

[...] os agricultores familiares fumicultores, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com as instruções técnicas de qualidade definidas pelas empresas, e a repassar a elas integralmente sua produção, em troca da garantia pelas empresas do fornecimento de insumos, de assistência técnica, da intermediação de financiamento junto aos bancos, do

<sup>10</sup> A expansão da produção de fumo em folha (em toneladas), no RS, a partir da desnacionalização das empresas, foi da ordem de 650%, entre 1960 e 2006, conforme dados do Censo Agropecuário apresentados por Schneider, Libardoni e Pandolfi (2013, p. 44).

<sup>11</sup> “A indústria mundial do tabaco representa um oligopólio global dominado por poucas companhias transnacionais altamente lucrativas que controlam tanto o comércio internacional dos produtos do tabaco, como uma extensa rede de indústrias interdependentes e de apoio no mundo todo” (Vargas, 2013, p. 127).

<sup>12</sup> São eles: Universal Leaf Tobacco, Alliance One International, British American Tobacco (cuja subsidiária é a Cia. Souza Cruz S. A.) e Japan Tobacco International. (Silveira; Dornelles, 2013, p. 27).

transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e da compra integral do tabaco. Na comercialização do tabaco, o controle unilateral exercido pelas empresas na definição das classes do tabaco entregue pelos fumicultores nas unidades de compra e nas usinas de tabaco, acaba sendo decisivo para garantir margens significativas de lucratividade pelas empresas, ao mesmo tempo em que amplia o grau de subordinação econômica das famílias de fumicultores.

Assim reguladas as relações de produção, o tabaco brasileiro vai para o mercado internacional em ótimas condições de competitividade, o que colocou o nosso País em primeiro lugar dentre os exportadores e em segundo maior produtor mundial de fumo em folha<sup>13</sup>. Embora transcenda nosso propósito examinar, neste artigo, o contexto internacional do tabaco, não é demais notar que o baixo preço pago ao produtor rural no Brasil é a pedra de toque da competitividade, pois o preço recebido pelo produtor brasileiro é menor 4,5 vezes do que nos Estados Unidos, 7,5 vezes do que na Europa e 13,5 vezes do que no Japão (Bonato, 2007, p. 24).

Dada a importância que assume a produção agrofumageira em Santa Cruz do Sul, passamos agora a analisar o perfil produtivo da região para avaliarmos o contexto em que se insere essa atividade.

Inicialmente, tratando-se da indústria de transformação, cumpre explicitar que o beneficiamento industrial do fumo consiste em classificar, separar, picotar, desumidificar, separar em pedaços de lâminas e em talos, empacotar. São etapas realizadas no interior das 13 usinas, situadas em diversas cidades da região. A fabricação de cigarros também se dá na região, através de uma unidade da Phillip Morris situada em Santa Cruz do Sul.

Para examinar a produção do fumo no contexto da indústria regional, foi pesquisado o número de empregados por divisão CNAE (ou gênero industrial), no período de 2007-12, com dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (Tabela 1).

O Gráfico 1 apresenta os dados acima, com maior visibilidade para as transformações ocorridas na indústria de transformação da microrregião.

Como fica claro na Tabela 1 e no Gráfico 1, coerentemente com o que foi até aqui exposto, a fabrica-

ção de produtos do fumo domina o emprego industrial da microrregião. Em termos absolutos (Tabela A.1), esse gênero empregava 4.852 trabalhadores em 2012. Porém, na comparação com 2007, houve um decréscimo de 8,99%.

Esse decréscimo reflete, segundo pesquisador especializado, a diminuição do número de trabalhadores (tanto os efetivos quanto os temporários<sup>14</sup>), em razão da automação no processo produtivo, da diminuição do volume de tabaco processado desde 2004, bem como da ampliação da participação do processamento industrial do tabaco realizado nas usinas localizadas em Santa Catarina (Blumenau, Araranguá, Joinville) e no Paraná (Rio Negro).<sup>15</sup>

Interessa notar aqui que o perfil industrial da região parece estar mudando, ainda que lentamente. Ao lado da diminuição da representatividade do emprego em produtos do fumo, tem-se o ganho de importância dos produtos de metal, bem como de móveis, de máquinas e equipamentos e, em menor monta, de produtos de madeira e de equipamentos de informática. Todos vêm ampliando sua participação no período analisado, não sem oscilações, é claro. Por outro lado, é lícito salientar que os gêneros produtos alimentícios e produtos de borracha, tradicionais na região, mantêm participação estável e elevada no emprego. É importante salientar ainda que os dados absolutos do emprego formal (Tabela A.1) confirmam a expansão da grande maioria dos demais gêneros industriais, à exceção dos produtos do fumo.

A partir desse conjunto de elementos, é possível depreender que a indústria regional não se caracteriza facilmente como especializada em produtos do fumo, uma vez que, junto com este, há uma variedade de outras atividades com níveis de emprego significativos e com um dinamismo econômico aparentemente sustentado, sem contar as complementaridades possíveis entre alguns gêneros<sup>16</sup>, que podem fortalecer as trocas no interior do tecido produtivo.

Para avaliar o grau de especialização e/ou diversificação regional, podemos lançar mão da metodolo-

<sup>14</sup> Os temporários são empregados por um período de dois a seis meses, durante a safra.

<sup>15</sup> SILVEIRA, R. **Mais perguntas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aureacmb@fee.tche.br> em 13 abr. 2014.

<sup>16</sup> Como produtos de madeira e móveis, ou metalurgia, produtos de metal e máquinas.

<sup>13</sup> Silveira, Dornelles e Ferrari (2012) analisam, em profundidade, a expansão da cultura do tabaco na Região Sul do Brasil, em função da dinâmica do mercado mundial do produto. Ver também Silveira e Dornelles (2010), sobre o mercado mundial e a concentração de capital na cadeia de valor do tabaco.

gia de Almeida e Ribeiro (1991)<sup>17</sup>, que caracteriza uma região como diversificada quando há três gêneros com peso superior a 10% cada um e cuja soma não ultrapasse 60%. Esse é o caso da região de Santa Cruz do Sul, em 2012, como se pode constatar na Tabela 1. Ao tomarmos o período desde 2007, a região poderia ser considerada mais diversificada ainda, com praticamente quatro gêneros com participações superiores a 10% cada um, integrando-se os produtos de borracha e material plástico. Isso permite afirmar que, do ponto de vista das atividades industriais, não há propriamente uma dominância do fumo na região, a ponto de se tornar uma atividade da qual tudo o mais dependeria. Embora tal atividade seja a maior empregadora — também importante em termos de receita tributária para as prefeituras —, trata-se de uma região industrial com outras potencialidades.

No que concerne à agricultura<sup>18</sup> da microrregião de Santa Cruz do Sul, aí sim, podemos falar em hegemonia da produção de fumo, sabendo que, nas unidades rurais, são realizadas: plantação, colheita, secagem (ou cura), pré-classificação do tabaco e preparação para transporte. Entre 2007 e 2012, esse produto representou, em média, mais de 70% do valor da produção agrícola, segundo dados do IBGE (Tabela 2). Muito distanciada das demais culturas, todas alimentícias, a lavoura de fumo ultrapassa-as, com ampla diferença.

Comparado com a produção de milho — que é a segunda mais importante da microrregião —, o fumo representou oito vezes aquela, em valor da produção, no ano de 2012. Em 2010, como a produção de milho foi menor, essa proporção foi superior a 11 vezes. Ao examinar esses dados, podemos depreender o significado do fumo no âmbito regional.

Ao analisarmos, ainda que brevemente, o conjunto das atividades agrícolas e industriais da microrregião de Santa Cruz do Sul, a proeminência do tabaco — sua cultura e seu processamento — mostra-se nítida, segundo os indicadores utilizados. Difícil é estabelecer se a região em seu conjunto é especializada e em que intensidade. Para tanto, seria neces-

sário um estudo rigoroso, específico para esse fim, devendo-se, nesse caso, levar em conta todas as atividades econômicas ali desenvolvidas e suas inter-relações —, inclusive o setor serviços, muito importante, sobretudo em Santa Cruz do Sul.

Para efeitos do presente artigo, entretanto, julgamos suficiente evidenciar o papel decisivo do fumo, cuja organização produtiva está visceralmente ligada à cadeia global, colocando a região em situação de vulnerabilidade no que respeita a seu desenvolvimento de longo prazo. Por outro lado, é importante insistir no fato de que, quanto à indústria, a dinâmica regional não está assentada exclusivamente no fumo, mas apresenta diversos ramos produtivos relativamente sólidos e promissores. É, pois, no âmbito agrícola que vamos encontrar o principal elo local da cadeia global do tabaco.

---

<sup>17</sup> Essa metodologia deu origem a um esquema tipológico capaz de classificar os principais centros industriais do Brasil quanto à intensidade de sua especialização e/ou diversificação. Com base no valor da transformação industrial (VTI), Almeida e Ribeiro identificaram 137 centros industriais no País, que foram classificados em cinco grupos, segundo o peso dos diferentes gêneros: fortemente monoindustriais, monoindustriais, bipolares, com tendência à diversificação e diversificados (Almeida; Ribeiro, 1991).

<sup>18</sup> Não foram consideradas as culturas permanentes, nem a produção de origem animal.



Tabela 1

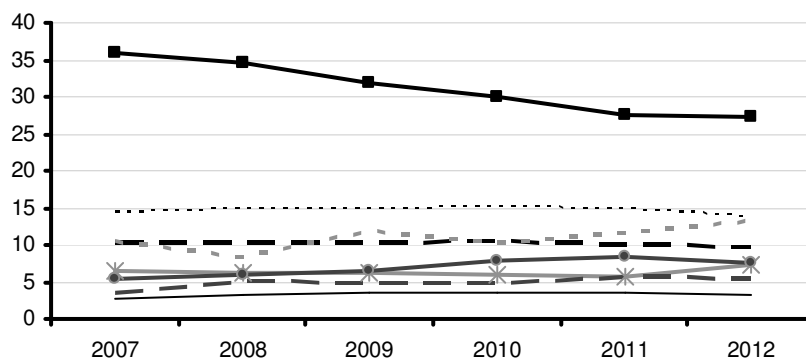
Emprego formal na indústria de transformação da microrregião de Santa Cruz do Sul — 2007-12

DIVISÕES CNAE 2.0	PARTICIPAÇÕES PERCENTUAIS					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produtos do fumo .....	36,0	34,5	31,9	29,9	27,6	27,2
Produtos alimentícios .....	14,2	14,8	14,9	15,2	14,9	13,9
Produtos de borracha e material plástico .....	10,2	10,2	10,3	10,6	10,0	9,6
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos .....	10,5	8,3	12,0	10,4	11,7	13,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos .....	6,4	6,1	6,2	6,0	5,8	7,2
Máquinas e equipamentos .....	5,3	5,8	6,5	7,9	8,3	7,7
Produtos de madeira .....	2,8	3,3	3,5	3,6	3,6	3,3
Móveis .....	3,5	5,1	4,9	4,8	5,7	5,5
Produtos de minerais não metálicos .....	2,4	2,8	2,7	2,7	2,9	2,8
Metalurgia .....	1,7	1,5	1,2	1,2	1,2	1,2
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos .....	1,8	2,2	0,5	2,8	2,6	2,7
Outros .....	5,2	5,5	5,4	5,1	5,8	5,9
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: RAIS (Brasil, 2014).

Gráfico 1

Evolução percentual da participação dos gêneros mais importantes no emprego industrial, na microrregião de Santa Cruz do Sul — 2007-12



Legenda: - - - - - Produtos alimentícios  
 —■— Produtos do fumo  
 — — — — — Produtos de borracha e material plástico  
 - - - - - Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos  
 —\*— Máquinas, aparelhos e materiais elétricos  
 —●— Máquinas e equipamentos  
 — — — — — Produtos de madeira  
 —▲— Móveis

FONTE: RAIS (Brasil, 2014).

Tabela 2

Participação percentual do valor da produção na agricultura da microrregião de Santa Cruz do Sul — 2007-12

CULTURAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fumo (em folha) .....	73,25	69,83	68,90	73,20	74,54	68,17
Milho (em grão) .....	7,64	9,97	8,77	6,43	6,42	8,52
Soja (em grão) .....	4,49	5,18	6,80	5,12	5,75	6,60
Mandioca .....	4,28	4,50	4,55	4,82	4,25	5,94
Arroz (em casca) .....	3,05	3,58	3,86	3,64	3,33	3,68
Batata-doce .....	2,17	1,65	1,65	1,76	1,27	2,28
Feijão (em grão) .....	0,79	1,16	1,49	0,67	0,60	0,96
Laranja .....	0,47	0,44	0,48	0,62	0,52	0,63
Batata-inglesa .....	0,55	0,47	0,45	0,63	0,48	0,60
Uva .....	0,29	0,28	0,25	0,22	0,31	0,35
Outras .....	3,02	2,94	2,80	2,90	2,52	2,26
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: IBGE (2014).

## Características da fumicultura

A cultura do fumo é efetuada em pequenas unidades familiares (em média 17ha, com, no máximo, 25ha), através de intensa utilização de mão de obra, uma vez que quase todas as etapas de produção dependem do trabalho manual: transplante de mudas, colheita, preparo e secagem, pré-classificação.<sup>19</sup> Como sublinham diversos pesquisadores, o cultivo do fumo exige cuidados e atenção constantes, pois disso depende a qualidade e, por consequência, o preço do produto que será pago pela indústria. Tradicionalmente, todas as pessoas da família participam de pelo menos algumas etapas, inclusive idosos e crianças. Não raro, ocorre a contratação de trabalhadores temporários (“safristas”), para auxiliar, em especial, no período da colheita.

A mecanização pode entrar marginalmente, por meio de tratores eventualmente utilizados no preparo da terra, seu uso sendo dificultado pelas características acidentadas da área e pelo tamanho reduzido das propriedades. Na amarração das folhas para a formação dos fardos, pode ser utilizado maquinário, porém ainda resta uma função eminentemente manual. Há décadas, essa tarefa era executada não raro por crianças (Montali, 1979, p. 102). As inovações técni-

cas, introduzidas sobretudo a partir das últimas décadas, dizem respeito ao uso de agroquímicos e manejos inovadores voltados para o aperfeiçoamento do produto segundo as exigências da empresa compradora.

Em pesquisa recente, Silveira, Dornelles e Ferrari (2012, não paginado, grifos nossos) constataram que

[...] o modo de produção do tabaco tem recentemente incorporado inovações tecnológicas e experimentado novas orientações e informações técnicas repassadas pelas agroindústrias tabaqueiras aos produtores, o que tem possibilitado a ampliação dos níveis de qualidade e de produtividade do tabaco produzido na região [...]. As inovações técnicas que surgiram **não significaram a supressão do trabalho manual** dos produtores, que continuou sendo vital para a manutenção dos diferenciais de qualidade do tabaco em folha produzido na região. A produção do tabaco em folha, de modo geral, **manteve-se como antes**, essencialmente, sendo realizada através do emprego intensivo da mão de obra dos agricultores familiares e regulada pelo sistema integrado de produção.

A atividade de cultivo do fumo é hoje considerada tradicional na região, não somente pelo tempo já passado desde a introdução dessa cultura, mas principalmente porque está “enraizada” na experiência de vida de várias gerações de fumicultores “integrados” às engrenagens industriais. Pesquisas relatam que, desde pequenos, os filhos são treinados nas lidas, crescendo e adquirindo o conhecimento necessário para auxiliar os pais e para substituí-los posteriormen-

<sup>19</sup> O cultivo do fumo é, dentre as lavouras temporárias, a atividade que mais ocupa pessoas, sendo que 32% dos agricultores familiares do RS nela estão ocupados, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006 (Schneider; Libardoni; Pandolfo, 2013, p. 55).

te<sup>20</sup>. Num meio em que os trabalhadores e suas famílias passam suas vidas executando as mesmas tarefas (que, como vimos, pouco se alteraram com as novas técnicas de produção), não causa surpresa se identificarmos ali uma “atmosfera fumageira”, à semelhança daquela evocada por Marshall quando de sua análise sobre os distritos industriais na Inglaterra. Assim, identificados através de uma história comum, compartilhando o mesmo meio e exercendo a mesma atividade, compreende-se que os fumicultores se sintam mais seguros mantendo e reproduzindo sua forma de produção nos moldes que conhecem. Isso não quer dizer, entretanto, que considerem justas as imposições das empresas “integradoras” e que não tenham consciência de sua situação de dependência<sup>21</sup>.

Porém, a dificuldade de voltar-se para outro tipo de lavoura, substituindo o fumo, está ligada à insegurança que isso representaria, pois, na situação atual, os fumicultores têm os seguintes atrativos: venda garantida da produção; recebem o pacote tecnológico (assistência técnica e agroquímicos) diretamente na propriedade; crédito para a lavoura e investimentos em infraestrutura; seguro mútuo da Associação dos Fumicultores Brasileiros (Afubra); não pagam o transporte da produção até as usinas; o fumo pode ocupar pouca área, sobrando espaço para as demais culturas e criação de animais.

Como enfatiza Lima (2004, p. 96),

[...] essa situação se reforça mediante o trabalho ideológico desempenhado pelos atores do conglomerado transnacional fumageiro, que procura reforçar a noção de que o fumo é a atividade agrícola mais rentável de que se tem conhecimento, na relação com outros cultivos (como milho e feijão), enfatizando ainda que se trata de uma atividade estável porque beneficiada com uma política de definição de preços e com a garantia de venda.

A rentabilidade da cultura do fumo cotejada ao rendimento do produtor são as peças-chave do chamado “sistema integrado de produção”, por isso tem sido objeto de estudos e de controvérsias. Do conjunto de trabalhos pesquisados, não nos foi possível extrair evidências quantificadas a respeito da alegada

superioridade da rentabilidade da lavoura fumageira em relação às demais culturas<sup>22</sup>.

No que diz respeito à rentabilidade física da produção, ou seja, à quantidade de toneladas por hectare, diversos estudos evidenciam a supremacia do fumo em relação às culturas alimentícias. Alia-se a isso o fato de que, por suas características, a plantação do fumo pode ser feita em pequenas extensões de terra, adaptando-se bem às propriedades familiares, típicas da região.

O rendimento do produtor, por seu turno, é a receita total obtida da venda do fumo às empresas “integradas”, subtraindo-se os custos de produção. Em Vargas (2013)<sup>23</sup>, é relatada uma pesquisa de campo comparando a situação de 222 produtores de fumo e de 77 agricultores não fumicultores da região do vale do Rio Pardo no que diz respeito a receitas e custos da safra 2007/2008. Os resultados evidenciaram que a receita bruta anual média dos fumicultores é mais elevada do que a dos não fumicultores, mas seu custo operacional médio também o é. Daí resulta uma receita líquida dos não fumicultores 14% maior do que a receita líquida dos fumicultores (**Anexo**).

Na concepção de Lima (2004), as empresas “integradoras” e a representação de classe tradicional dos fumicultores costumam medir o resultado econômico bruto da atividade por unidade de área, apregoando elevados rendimentos. Não há como negar que “[...] nem sempre o alto valor agregado da produção se traduz na obtenção de alta renda agrícola” (Lima, 2004, p. 97).

O custo de produção do fumo assume, como fica claro, grande importância na formação da remuneração do produtor. No trabalho de Montali (1979), foi relatada a existência de uma pesquisa que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul encomendara ao Centro de Estudo e Pesquisas Econômicas (IEPE-UFRGS). Esse estudo, que teve início em 1972 e que, em 1977, estava ainda em andamento, tinha por objetivo conhecer o custo, para o agricultor, da produção do fumo em folha na região<sup>24</sup>. Os resultados obtidos permitiram a Montali (1979, p. 136-137) constatar que

<sup>20</sup> Fossatti e Freitas (2004); Schneider, Libardoni e Pandolfo (2013, p. 56).

<sup>21</sup> Os conflitos aparecem especialmente no final da safra, na etapa de classificação do fumo e de fixação dos preços, quando há um jogo de força entre as entidades representativas de ambas as partes. Ao final desse período de negociações, os fumicultores via de regra não conseguem impor sua posição. Lembremos que, nesse mercado, os compradores estão organizados oligopsonicamente.

<sup>22</sup> Inclusive há autores que tratam o tema reticentemente, como Bonato (2007, p. 45, grifo nosso): “O nível de renda, **de forma real ou aparente**, entre os produtores do fumo é também um grande entrave para que fumicultores migrem para outras atividades”.

<sup>23</sup> O artigo baseia-se em pesquisa sobre agricultura familiar e foi financiada pelo International Development Research Centre, no Canadá. Ver também Vargas e Oliveira (2012).

<sup>24</sup> Henning (1975).

[...] o maior “investimento” no processo do cultivo é na força de trabalho. O cálculo efetuado das horas trabalhadas (normais e extras) com base no salário mínimo mostra que o custo da força de trabalho consumida em todo o período da produção corresponde a 90% do rendimento monetário total obtido com a venda. Se a esse número for somado o “capital constante” e demais dispêndios, fica evidente que o custo do produto supera aquele que é pago pela indústria ao produtor agrícola não capitalista.

A cultura do fumo, como referimos anteriormente, requer intenso uso de trabalho humano em todas as suas etapas, e a produção em unidades familiares é capaz de fornecer a mão de obra necessária a baixíssimo custo, porque as famílias garantem sua própria subsistência.

Apesar do fumo corresponder a parcela significativa dos ganhos ou entradas, o que garante a subsistência e a reprodução desses pequenos proprietários como produtores de fumo é o fato de cultivarem outros produtos, cujos excedentes são comercializados (cereais, suínos, leite, etc.), além de produzirem praticamente tudo o que consomem como alimento (Etges, 1991, p. 25).

Assim, do ponto de vista das empresas fumageiras, a produção de subsistência das famílias permite que se mantenha baixo o custo de reprodução da força de trabalho, de modo a ensejar uma remuneração também baixa ao produtor, o que, por sua vez, garante a lucratividade elevada das grandes empresas.

Contrariamente ao que se poderia pensar, entretanto, a dependência em relação aos conglomerados e a baixa remuneração dos fumicultores não parecem levar as unidades familiares a uma situação de crise, no médio e/ou longo prazo. Há muitas décadas, o sistema “integrado” funciona dessa maneira: a estratégia é mantê-las produzindo, sempre no limite da subsistência, porque exercem uma função essencial para a cadeia produtiva global do tabaco<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Na ótica de Montali (1979, p. 136), a unidade de produção familiar “[...] é preservada por ser útil ao capital monopolista. É vantajoso ao capital industrial não investir na produção agrícola se ele pode obter, na situação atual, produtos a baixo custo. As empresas rurais são mantidas ao nível de sua reprodução simples, e as empresas industriais não necessitam investir em compra de terras e em capital constante para a produção agrícola e, muito menos, em capital variável, no caso da força de trabalho, que é o item mais dispendioso do processo de cultivo”.

## Muito além da fumaça: algumas reflexões

Em seguimento a esse panorama sobre a importância do tabaco para a região de Santa Cruz do Sul, cabem algumas reflexões e questionamentos.

O que chama atenção primeiramente é a dependência da economia regional em relação a um único produto, que é destinado, em grande escala, ao mercado externo. Não há como negar que essa situação expõe a região a uma grande vulnerabilidade. Sabe-se que o mercado internacional do tabaco vem passando por alterações significativas<sup>26</sup> e que a evolução do consumo mundial de cigarros vem, nas últimas décadas, sofrendo constrangimentos que podem ser assim resumidos:

- dispositivos legais de responsabilização das empresas fabricantes de cigarros, em razão dos efeitos nocivos do tabagismo;
- aumento da tributação sobre cigarros;
- dispositivos legais de restrição à produção, à comercialização e à publicidade de produtos do tabaco; e
- diminuição da aceitação social do tabagismo (Buainain; Souza Filho, 2009).<sup>27</sup>

Embora esse conjunto de fatores não exerça uma influência homogênea em todos os países, devem ser levados em conta quando se trata de pensar sobre o futuro da indústria do tabaco.

Nesse contexto, assume grande importância a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tratado internacional elaborado no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS), adotado por unanimidade pelos 192 estados-membros, em 2003. Trata-se de um conjunto de normas e protocolos cujo objetivo principal é preservar as gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. Podem-se agrupar os objetivos específicos em cinco temas: redução da demanda por tabaco; redução da oferta de produtos do tabaco; proteção do meio ambiente; responsabilidade civil; cooperação técnica, científica e intercâmbio de informações (Bonato, 2007).

O Brasil teve papel atuante na elaboração desse tratado, tendo sido o segundo país a assinar sua versão final. Em 2004, a Convenção-Quadro foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados, fato

<sup>26</sup> Ver ótima análise sobre o tema em Silveira e Dornelles (2010).

<sup>27</sup> *Apud* Silveira e Dornelles (2010, p. 3).

que foi seguido de polêmicas e pressões por parte das grandes empresas do setor, bem como da Afubra. A atuação firme de diversas organizações da sociedade civil e o apoio de diversos ministérios fizeram com que o documento fosse ratificado pelo Senado Federal em 2005.

Na esteira da Convenção-Quadro (que não prega a extinção das lavouras de tabaco), o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou o Programa de Apoio à Diversificação Produtiva nas Áreas Cultivadas com Fumo, cujo objetivo é o de preparar as famílias de fumicultores para a tendência à redução do consumo do tabaco. Com esse programa, o Governo pretende estimular aqueles fumicultores que estejam dispostos a implantar novas atividades agropecuárias em suas unidades, através dos seguintes instrumentos: financiamento; acesso à tecnologia; agregação de valor à produção; e apoio à comercialização.

Sobre a diversificação de culturas, é tema que está presente na região de Santa Cruz do Sul há mais tempo, sendo inclusive encorajado pela Afubra. Conforme afirma Lima (2004, p. 97), “[...] sempre foi política das agroindústrias firmarem a importância da diversificação ao lado do fumo”, pois a produção para o consumo doméstico e a venda de excedentes tem uma funcionalidade importante no sistema “integrado”, como evocamos anteriormente.

A diversificação de culturas, embora seja pretendida por diversas instituições e por diversos motivos, encontra barreiras à sua implementação, sendo a mais decisiva delas a forma “integrada” como se dá a produção. Coloca-se praticamente um impasse, pois os fumicultores — embora subordinados — sentem-se seguros no sistema “integrado”, sendo difícil arriscar uma mudança. A questão da rentabilidade superior do fumo em relação às demais lavouras — ideia amplamente difundida, tendo assumido o caráter de verdade inquestionável — aparece, aqui, como um argumento definitivo contra a diversificação.

Ao mesmo tempo, grande parte dos agricultores não ignora que a fumicultura traz problemas de saúde e de degradação do meio ambiente, sem contar a insatisfação constante e/ou histórica que nutrem em relação aos preços que recebem das empresas. Segundo pesquisas, parte deles se disporia a cultivar outras lavouras, se houvesse boas condições de crédito e apoio na comercialização, sobretudo.

Além da resistência — com ambiguidades — dos produtores em relação à diversificação, outra dificuldade é o apoio tímido prestado pelos poderes públicos locais, que não veem com bons olhos uma eventual substituição do fumo, temendo perder receitas de

tributos provenientes da agroindústria tabaqueira. Assim, observamos que a diversificação depende também de fatores político-institucionais atinentes à dinâmica local de produção.

Cabe, entretanto, salientar a existência de algumas experiências de diversificação de culturas na região, embora não passem de iniciativas pontuais<sup>28</sup>. Tanto a fruticultura como as hortaliças e produtos de origem animal têm sido objeto de interesse por parte de alguns agricultores, muitas vezes com o apoio da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Mais incipiente ainda, mas não menos interessante, tem-se a ideia de promover o turismo rural na região, cujos atrativos naturais e culturais são conhecidos. Tais iniciativas, ainda que não tenham representatividade em termos de mercado e que não pretendam constituir ameaça à fumicultura, expressam uma possibilidade, uma alternativa para aqueles agricultores que não desejam permanecer exclusivamente no fumo.

Para que a diversificação seja implementada adequadamente na região, é necessário um conjunto coerente e sólido de políticas institucionais em diversas esferas, para propiciar uma real alternativa para o agricultor. É consenso entre os analistas que os programas federais ora existentes têm sido insuficientes, dentre outras razões, porque não preveem dotações específicas para a reconversão de fumicultores<sup>29</sup>. Conforme salienta Vargas (2013, p. 150),

[...] qualquer iniciativa desse tipo deve estar inserida em programas amplos de desenvolvimento rural, particularmente nas regiões/municípios que tem alta dependência em relação ao fumo [...]. Além do potencial de geração de renda, é importante também levar em conta a segurança e a estabilidade para a produção e a comercialização, as condições de reprodução da família, as condições de saúde e bem-estar da família, entre outras variáveis.

Em entrevista com bons conhecedores da região, pudemos compreender que o discurso da diversificação, tanto da Afubra como das multinacionais, busca indiretamente garantir uma renda extra aos agricultores, retirando assim a pressão em relação à principal questão: o justo pagamento do valor do tra-

<sup>28</sup> Uma delas é a Ecovale, cooperativa de agricultores familiares ecologistas, criada em 2000, que produz arroz, feijão, açúcar mascavo, mel, erva-mate, gergelim, bolachas, hortifrutigranjeiros, dispondo de uma loja na Cidade de Santa Cruz do Sul e de diversos pontos de venda na região.

<sup>29</sup> Em Bonato (2007), encontra-se uma avaliação detalhada dos programas relacionados à diversificação de culturas, bem como proposições para melhorar sua eficácia.

balho dos fumicultores e de suas famílias. Pode-se admitir, com isso, que se trata precipuamente de afirmar uma posição “politicamente correta” junto à opinião pública, encobrindo a funcionalidade (para as empresas) dessa produção familiar de alimentos.

Em última análise, a questão da diversificação — como estratégia de desenvolvimento — depara-se com várias dificuldades de implantação no momento, embora esse seja um tema importante para pensar o futuro da região. A questão assumirá paulatinamente maior relevância, na medida em que os agentes locais estejam aptos a encarar a tendência de queda no consumo mundial de produtos do tabaco, num futuro talvez não tão longínquo.

Abordando, de maneira abrangente, o tema do desenvolvimento regional, cabe questionar sobre a contribuição da agroindústria fumageira no caso de Santa Cruz do Sul.

Como argumentamos ao longo deste artigo, a regulação das relações de produção através do sistema “integrado” de produção engendra uma lógica perversa que atrai e amarra o fumicultor nessa atividade, ao mesmo tempo em que não contribui para elevar a qualidade de vida das famílias. Embora tenhamos visto que essa lavoura depende enormemente do trabalho humano, em todas suas etapas, diversos estudos constataram as condições inadequadas de vida e de trabalho dos fumicultores.

Pelo fato de serem agricultores familiares, são livres para efetuar longas jornadas de trabalho, no afã de produzir mais para ganhar mais<sup>30</sup>. Devido à base agroquímica utilizada há décadas, estão em contato com produtos tóxicos que podem produzir sintomas que se confundem com outras doenças<sup>31</sup>. Existe ainda a “doença do tabaco verde”, causada pela absorção pela pele de grandes quantidades de nicotina, através do contato direto com as folhas verdes. Isso ocorre durante a colheita do fumo e, se coincide com um período de chuvas, a situação é mais grave, porque a nicotina é dissolvida pela umidade, penetrando mais facilmente na pele<sup>32</sup>. É preciso dizer que as empresas e a Afubra desenvolvem programas de conscientização, junto aos fumicultores, a respeito do cor-

reto manuseio dos agrotóxicos, recomendando o uso de equipamentos de proteção durante a aplicação dos produtos. A pesquisa de Lima (2004) constatou, entretanto, o despreparo e/ou desleixo dos fumicultores quanto à própria saúde, sendo que, na prática, as medidas de segurança não são regularmente respeitadas.

Nesse ponto, parece coerente evocar o baixo grau de escolaridade dos agricultores, que, no nosso entender, contribui para explicar o comportamento acima mencionado. Segundo a Afubra<sup>33</sup>, 90% dos fumicultores da Região Sul do Brasil têm ensino fundamental incompleto, e somente 6% completaram esse ciclo escolar. Quanto a isso, os fumicultores estão em pior condição que a média dos agricultores do RS, conforme aponta o trabalho de Schneider, Libardoni e Pandolfo (2013, p. 50): 84,5% não completou o ensino fundamental, sendo que 7,2% o fizeram. Observamos também que o baixo nível de instrução dos plantadores de fumo contrasta com os níveis de escolaridade alcançados pelo conjunto da microrregião: 54,8% da população (maior de 10 anos) têm o ensino fundamental incompleto ou não tem nenhuma instrução; 18% têm o fundamental completo e o médio incompleto (IBGE, 2014a). Ainda com relação à qualidade de vida, a pesquisa de campo efetuada por Vargas (2013, p. 147) apurou que apenas 25% dos fumicultores utilizam os benefícios de aposentadoria, enquanto, dentre os não fumicultores, 48% o fazem.

Mesmo sem o devido aprofundamento, julgamos importante citar ainda o trabalho infantil como recurso utilizado pelos agricultores, que, via de regra, não dispõem de meios para contratar mão de obra. O trabalho dos filhos, segundo Bonato (2007, p. 32) “[...] representa uma contribuição fundamental para a formação da renda familiar”. Pode-se admitir, a partir daí, que a carga de trabalho na lavoura, por parte de crianças e jovens, esteja relacionada à sua curta passagem pelos bancos escolares.

Paralelamente à situação social das famílias, a produção de tabaco, da forma como vem sendo feita, tem prejudicado também o ecossistema local, principalmente por dois fatores: o uso de agrotóxicos (contamina água e solo e gera problemas no descarte das embalagens) e a utilização de lenha para a secagem do fumo nas estufas (a queima da madeira gera poluição, e o desmatamento reduz a biodiversidade).

<sup>30</sup> Sem esquecer as horas de trabalho dedicadas à produção de subsistência.

<sup>31</sup> A exposição a pesticidas organofosforados pode causar depressão, ansiedade, disfunções neurológicas, dores musculares e tremores semelhantes ao “mal de Parkinson” (Bonato, 2007, p. 31).

<sup>32</sup> São sintomas da “doença do tabaco verde”: náuseas, vômitos, diarreias, aceleração cardíaca e dificuldades respiratórias (Bonato, 2007, p. 31).

<sup>33</sup> ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL (Afubra). **Escolaridade**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/75>>. Acesso em: 11/04/2014.

Cumprir notar que foi identificada uma redução no uso de agrotóxicos<sup>34</sup>, ainda tímida, e que as indústrias fumageiras realizam campanhas para o descarte correto das embalagens vazias, bem como para a erradicação do trabalho infantil nas lavouras. Os resultados concretos dessas iniciativas, no que dizem respeito tanto à preservação do ecossistema como à melhoria das condições de trabalho dos agricultores, são ainda incipientes, como têm mostrado diversas pesquisas<sup>35</sup>. Por outro lado, esse tipo de campanha contribui, sem dúvida, para a boa imagem das multinacionais, que demonstram preocupação com temas importantes para a sociedade local.

Um dado interessante a adicionar é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios fumicultores, conforme apresentado por Vargas (2013, p. 135): “[...] os IDH-M mais baixos da região são encontrados nos municípios [...] onde a participação do fumo no VBP da agricultura é, em média, superior a 80%”. No que respeita ao PIB *per capita* dos municípios, observa-se grande desigualdade entre eles, sendo que Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz apresentam os valores mais elevados, porque concentram atividades industriais e serviços. Em que pese o fato de que os municípios mais urbanizados apresentem uma dinâmica econômica complexa, levando, por isso, a um PIB *per capita* mais elevado, causa espécie a existência de tantos municípios de base agrícola com renda média por habitante tão baixa<sup>36</sup>.

Em face do que foi até aqui exposto, fica difícil imaginar que a agroindústria do tabaco contribua para o desenvolvimento da região, embora a cadeia produtiva esteja se expandindo, inclusive em outras regiões do Brasil. A imensa maioria dos estudos e análises consultados é muito reticente — para não dizer crítica — com relação aos eventuais benefícios locais dessa atividade. Nas palavras de Silveira,

[...] vivemos aqui um clássico exemplo do que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) chama de “monopolização dos usos do território pelo capital multinacional”, já que, em que pese serem os agricultores os legítimos

donos das suas terras, são as empresas quem, na prática, controla o seu uso<sup>37</sup>.

Em termos de desenvolvimento, cabe perguntar, objetivamente, qual é o sentido de uma “especialização” regional como a do fumo, se essa atividade:

- produz uma mercadoria comprovadamente nociva à saúde pessoal e pública;
- remunera o produtor a níveis muito baixos;
- impõe o uso de agroquímicos que degradam a saúde do agricultor, de sua família e do ecossistema;
- expõe sobremaneira a organização socioeconômica-territorial local às oscilações do mercado internacional; e
- induz à monocultura, que, por sua vez, destrói paulatinamente as matas nativas da região (para produzir lenha para as estufas).

Repensar o processo de desenvolvimento do “território do tabaco” significa não apenas implementar uma diversificação viável das lavouras, mas assumir uma perspectiva transformadora de maior envergadura, buscando construir novas dinâmicas para as áreas especializadas no fumo, valorizando outros saberes locais e resgatando a dignidade das famílias de agricultores. Na área industrial, a região tem potencial de diversificação a ser estimulado, bem como no que se refere ao setor serviços. Tudo isso sem subestimar a força dos conglomerados globais.

<sup>34</sup> Bonato (2007, p. 30) evoca, nesse sentido, os bons resultados da introdução do sistema *float*, que possibilita uma redução dos níveis de agrotóxicos, a qual se refletiu nas lavouras a partir da safra 2003/2004.

<sup>35</sup> Ver Schneider, Libardoni e Pandolfo (2013), Bonato (2007), Lima (2004).

<sup>36</sup> Ver Conterato (2013).

<sup>37</sup> SILVEIRA, R. **Texto lido** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aureacmb@fee.tche.br> em 2 abr. 2014. Ver também Oliveira (2012).

## Apêndice

Tabela A.1

Emprego formal da indústria de transformação na microrregião de Santa Cruz do Sul — 2007-12

DIVISÕES CNAE 2.0	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produtos alimentícios .....	2.109	2.142	2.286	2.422	2.439	2.473
Produtos do fumo .....	5.326	4.994	4.884	4.767	4.536	4.852
Produtos de borracha e de material plástico .....	1.511	1.476	1.579	1.685	1.646	1.701
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos .....	1.557	1.200	1.842	1.664	1.914	2.345
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos .....	949	885	941	950	946	1.279
Máquinas e equipamentos .....	782	846	993	1.252	1.366	1.368
Produtos de madeira .....	418	479	528	571	582	595
Móveis .....	516	739	749	772	930	979
Produtos de minerais não metálicos .....	358	404	415	430	470	498
Metalurgia .....	247	211	179	188	201	205
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos .....	272	311	80	448	434	473
Outros .....	766	803	831	806	951	1.043
<b>TOTAL</b> .....	<b>14.811</b>	<b>14.490</b>	<b>15.307</b>	<b>15.955</b>	<b>16.415</b>	<b>17.811</b>

FONTE: RAIS (Brasil, 2014).

Tabela A.2

Valor da produção da agricultura na microrregião de Santa Cruz do Sul — 2007-12

CULTURAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fumo (em folha) .....	680.928	751.911	747.686	756.261	1.010.399	803.644
Milho (em grão) .....	71.009	107.368	95.167	66.400	87.040	100.466
Soja (em grão) .....	41.768	55.768	73.803	52.893	77.963	77.784
Mandioca .....	39.794	48.474	49.339	49.836	57.600	70.051
Arroz (em casca) .....	28.364	38.549	41.894	37.651	45.186	43.349
Batata-doce .....	20.203	17.815	17.936	18.168	17.243	26.897
Feijão (em grão) .....	7.306	12.525	16.153	6.897	8.193	11.376
Laranja .....	4.334	4.696	5.213	6.421	6.991	7.485
Batata-inglesa .....	5.130	5.018	4.930	6.480	6.475	7.057
Uva .....	2.666	3.030	2.670	2.235	4.178	4.172
Demais culturas .....	28.086	31.623	30.331	29.961	34.183	26.663
<b>TOTAL</b> .....	<b>929.588</b>	<b>1.076.777</b>	<b>1.085.122</b>	<b>1.033.203</b>	<b>1.355.451</b>	<b>1.178.944</b>

FONTE: IBGE (2014).



## Anexo

Custos operacionais de produção para fumicultores e não fumicultores na microrregião de Santa Cruz do Sul — safra 2007/2008

CUSTOS OPERACIONAIS	FUMICULTORES			NÃO FUMICULTORES		
	Número	Valor Médio	Percentual Sobre Custo Total	Número	Valor Médio	Percentual Sobre Custo Total
<b>A. Custos variáveis</b>						
Mão de obra permanente .....	220	1.203,32	5,1	77	1.195,84	10,67
Mão de obra temporária .....	214	2.182,81	9,26	77	846,36	7,55
Operações com animais .....	215	130,47	0,55	77	210,39	1,88
Operações com máquinas .....	212	856,5	3,63	75	1.238,80	11,05
Operações com benfeitorias .....	215	499,91	2,12	77	654,03	5,83
Suprimentos agrícolas .....	215	9.376,63	39,76	74	2.531,22	22,58
Lenha .....	215	3.027,21	12,84	77	358,18	3,19
Energia elétrica .....	206	622,07	2,64	75	969,72	8,65
Seguro da produção .....	203	955,88	4,05	72	115,97	1,03
Funrural .....	89	1.067,07	4,52	20	331,95	2,96
Despesas financeiras .....	185	531,66	2,25	75	137,07	1,22
<b>Subtotal</b> .....	-	20.453,53	86,72	-	8.589,53	76,61
<b>B. Custos fixos</b>						
Correção de solo .....	206	726,24	3,08	76	813,55	7,26
Depreciação de utensílios .....	214	54,05	0,23	77	648,77	5,79
Depreciação de implementos .....	215	341,79	1,45	77	234,87	2,09
Depreciação de animais e máquinas .....	219	1.088,11	4,61	77	534,81	4,77
Depreciação de benfeitorias .....	219	918,36	3,89	77	389,61	3,48
<b>Subtotal</b> .....	-	3.128,55	13,27	-	2.621,61	23,39
<b>Total de custos (A+B)</b> .....	-	23.582,08	100	-	11.211,14	100
<b>Receita bruta anual (1)</b> .....	-	41.153,79	-	-	31.275,53	-
Receita líquida .....	-	17.571,71	-	-	20.064,39	-
Participação dos custos na receita bruta anual	-	57,3	-	-	35,8	-

FONTE: Vargas; Oliveira (2012, p. 187).

NOTA: Os dados da tabela são oriundos da pesquisa de campo de Vargas; Oliveira (2012).

(1) Encontra-se detalhada em Vargas; Oliveira (2012, p. 185).

## Referências

ALMEIDA, R. S.; RIBEIRO, M. A. C. Análise da organização espacial da indústria brasileira através de uma tipologia de centros industriais. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 69-81.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 121-150, jan./abr. 2003.

BONATO, A. A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para controle do tabaco**. Curitiba: DESER, 2007. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/pub\\_read.asp?id=109](http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109)>. Acesso em: 24/03/2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais — RAIS**. 2014. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2014.

CONTERATO, M. A. Desenvolvimento rural desigual: uma análise entre microrregiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 60-87.

DEPARTAMENTO de Estudos Socio-econômicos Rurais (DESER). [Página institucional]. 2014. Disponível em <http://www.deser.org.br/>. Acesso em: abr. 2014.

ETGES, V. E. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 23-26, maio 1991. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40173/26169>>. Acesso em: 20/03/2014.

FONTOURA, S. R. H. da. Traços culturais de Santa Cruz do Sul. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 155-181, dez. 1998.

FOSSATTI, D. M.; FREITAS, C. A. Caracterização da agricultura familiar: o caso dos fumicultores em Santa Cruz do Sul - RS. In: ECONTRIO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre. [Anais...] Porto Alegre: [s.n.], 2004. mesa 9. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/mila/clailton/publicacoes/cientificos.htm>>. Acesso em: abr. 2014.

HENNING, A. C. **Análise descritiva do custo de produção do fumo em folha safra 1974/75 em Santa Cruz do Sul/RS**. [Santa Cruz do Sul]: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, 1975. (Série Estudos e Trabalhos, n. 3).

HERMANN, E.; SILVEIRA, R. L. L. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Vale do rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 217-257.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=44](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44)>. Acesso em: abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2014a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3540&z=cd&o=16>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

KLARMANN, H. A industrialização e o comércio regional no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Vale do rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 259-280.

KLARMANN, H. **Região e identidade regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional do Vale do Rio Pardo**. 1999. 189 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1999.

LIMA, R. G. Implicações socioeconômicas e técnico-sanitárias da lavoura de tabaco na região de Santa Cruz do Sul. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 2, p. 91-109, ago. 2004.

MONTALI, L. T. **Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista, produção de fumo em Santa Cruz do Sul**. 1979. 167f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. [Anais eletrônicos...]. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 17/04/2014.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHNEIDER, S.; LIBARDONI, P. J. ; PANDOLFO, G. As características e o perfil dos produtores de tabaco com base no Censo Agropecuário 2006. In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 39-59.

SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SILVEIRA, R. **Mais perguntas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aureacmb@fee.tche.br> em 13 abr. 2014.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M. A produção de tabaco no sul do Brasil: um olhar geográfico sobre a sua dinâmica produtiva e organização territorial. In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 17-38.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M. Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial: notas introdutórias para uma geografia do tabaco. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 338, out. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-338.htm>>. Acesso em: 7/03/2014.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Biblio3W**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 987, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-987.htm>>. Acesso em: 12/03/2014.

STÜLP, V. J. O setor primário da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Vale do rio Pardo**: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 167-215.

VARGAS, M. A. Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil: uma análise comparativa em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo. In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Tabaco, sociedade e território**: relações e contradições no sul do Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 123-156.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 1, p. 175-192, 2012.

VOGT, O.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Vale do Rio Pardo**: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

